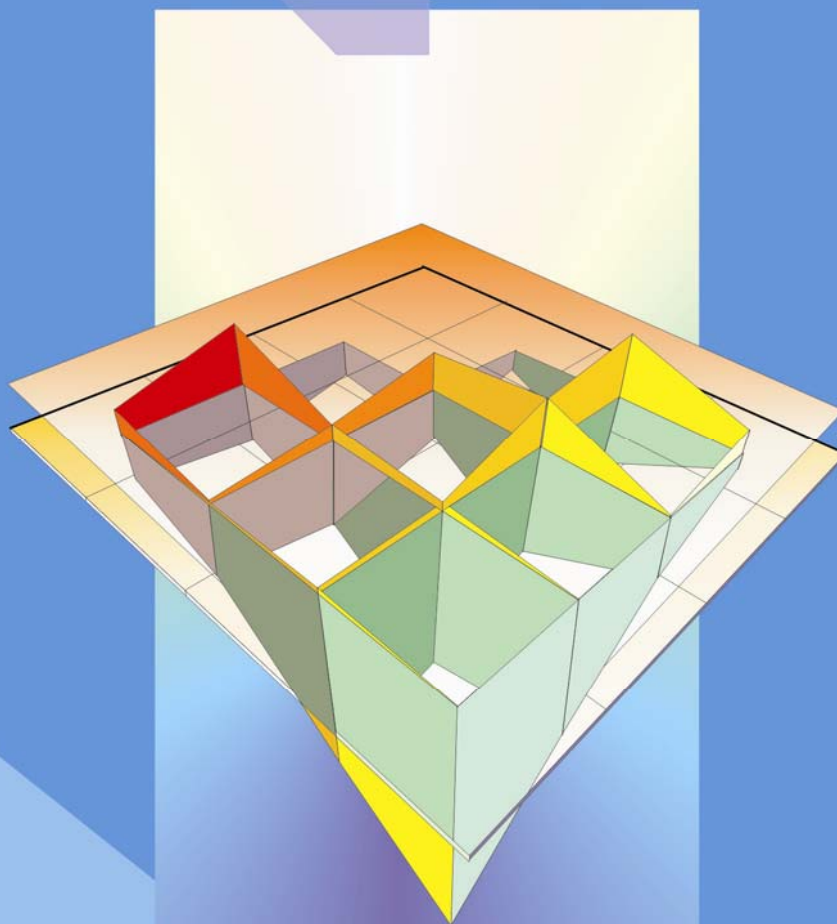


REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES



Abril
2012



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO EMPREGO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2012

1. No âmbito da sua missão, o IEFP tem como principal prioridade, para 2012, intervir no minorar o impacto social do desemprego e reforçar a intervenção no mercado de trabalho, o que ocorrerá por maximização dos meios e intervenções no ajustamento do mercado de emprego e na concretização das políticas ativas de emprego, apoiado na reorganização e modernização dos serviços, aproximando-os, quer dos empregadores, quer dos desempregados.

O Compromisso para o Crescimento, Competitividade e o Emprego (Compromisso), acordo celebrado entre o governo e os parceiros sociais subscritores constitui o referencial de intervenção no domínio das Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional.


O Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, instituído pela resolução de Conselho de Ministros nº 20/2012, de 9 de Março, é o guião relativamente à procura de uma acrescida eficiência nas funções desenvolvidas na área do emprego, com especial destaque para as actividades de ajustamento do mercado de emprego e de activação das pessoas desempregadas, concretizando trajectos de inserção.

Neste sentido, o relançamento da atividade do serviço público de emprego assume particular relevância, com destaque para a introdução de novos modelos de intervenção, suportados em novas funcionalidades de interação com os empregadores e com os desempregados, associada à reorganização da rede de Unidades Orgânicas Locais. Para esse efeito, a reorganização da actual rede de Centros de Empregos e de Centros de Formação Profissional de Gestão Direta, apresenta-se como elemento central de alteração da reorientação dos serviços, com uma integração dos dois tipos de estrutura e com a aglomeração de Centros de Emprego, no que constituirá maiores áreas de abrangência territorial.

2. Estes dois importantes instrumentos normativos e orientadores da atividade das políticas ativas de emprego e formação profissional, bem como o elevado nível de desemprego, fundamentam a apresentação desta Revisão do Plano de Atividades e Alteração Orçamental, no sentido de enquadrar novas intervenções e medidas, e concretizar um incremento das respostas.

A medida “Estimulo 2012” constante do Compromisso com uma meta de apoio a 35.000 postos de trabalho e uma dotação de 56 milhões de euros.

Estabelecem-se as condições para a operacionalização da medida cheque-formação, ainda não instituída, pelo que as previsões de execução e de recursos financeiros a envolver têm uma natureza instrumental. Igualmente, estabelecem-se as condições que possam permitir a gestão pelo IEFP de uma medida que permita a acumulação do subsídio de desemprego com remunerações do trabalho a tempo completo, prevista no Compromisso e ainda não instituída.



As medidas preconizadas no Compromisso a nível do encaminhamento de desempregados para formação profissional e adoção de um módulo de formação transversal propiciador da melhoria da empregabilidade são concretizadas pela implementação de uma intervenção designada Vida Ativa. Esta intervenção consiste na sistematização de módulos de formação modular certificada, em áreas como o cálculo, tecnologias de informação e comunicação, línguas, comunicação multimédia, marketing, logística ou competências empreendedoras, a operacionalizar em função de diferentes perfis de qualificações dos desempregados, que representarão opções de oferta formativa entre as 25 e as 300 horas, e que terão como propósito constituírem etapas de um processo de certificação profissional.

Esta intervenção concederá à formação modular certificada um importante papel na resposta formativa às pessoas desempregadas, de fundamental importância pela agilização que permite e pela ativação que permite aos participantes.


A formação inicial, designadamente a Aprendizagem, tem a tradução em metas, 30.000, de acordo com o previsto no Compromisso.

3. A Revisão do Plano de Atividades de 2012 consagra, relativamente ao previsto em Plano de Atividades, um incremento de respostas ao nível dos Programas de Emprego, de mais 8,5%, com um acréscimo de cerca de 14.000 abrangidos. As atuais metas da colocação resultam da aplicação dos objectivos estabelecidos no Compromisso aos níveis de realização de 2011, o que representa um acrescido esforço para as actividades de ajustamento, só possível de realizar com base numa substancial alteração de processos, mas ainda assim uma diminuição relativamente às projecções constantes do Plano de Actividades para 2012, que haviam sido estabelecidas com base na aplicação dos referidos objetivos às projecções para 2011.

Estão previstas abranger na formação profissional, em sede desta Revisão do Plano, cerca de 378 mil pessoas, mais 60.383 pessoas do que no Plano Inicial, um previsível acréscimo de 19%, tendo sido neste domínio que foram concentrados os esforços e recursos, para elevar as respostas ao problema do crescente desemprego.

As metas previstas para a área da Reabilitação apresentam um crescimento relativamente às constantes do Plano Inicial, em resultado da introdução de metas no Organismo Intermédio.

4. A oferta formativa privilegiará a variável empregabilidade, no sentido de procurar obter a maior utilidade social e a melhor integração no mercado de trabalho dos formandos. A formação profissional é assumida como uma resposta estrutural e decisiva para a valorização das competências e de relevante importância enquanto resposta às situações de desemprego.
5. A importância da formação profissional no reforço da empregabilidade dos trabalhadores e da competitividade das organizações é reconhecida no quadro das prioridades de afetação dos recursos disponíveis no orçamento de 2012, tendo-lhe sido afetados cerca de 309 milhões de euros. A reorientação dos apoios à formação profissional para as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho tem o seu maior ênfase nos apoios à requalificação de desempregados.



A formação modular será dirigida para percursos de qualificação profissional de ativos, quer de empregados quer de desempregados, no sentido da obtenção, sempre que possível, de uma certificação profissional.

Os cursos de educação formação de jovens, cuja prioridade será concedida à tipologia 7, privilegiando a formação profissional dos jovens detentores do ensino secundário, facilitando a inserção no mercado de trabalho dos jovens com habilitações de nível secundário, mas sem qualificação profissional.


Na educação e formação de adultos, dirigida a ativos desempregados e empregados com baixas qualificações permitindo a obtenção de uma qualificação profissional, que associará a certificação escolar sempre que se revele necessário.

Os Cursos de Especialização Tecnológica visam a preparação de profissionais de nível 5 do quadro nacional de Qualificações (QNQ), privilegiarão as áreas de cariz marcadamente tecnológico requeridas pelo mercado de trabalho.

Na formação contínua deverá ser contemplada a organização de ações de formação que correspondam a solicitações de empresas, de acordo com necessidades concretas e que conduzam à melhoria das competências e qualificações dos trabalhadores, conforme previsto no Compromisso.

A articulação entre as qualificações detidas pelos desempregados e as formações a realizar será priorizada de forma a aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, no quadro das respetivas qualificações profissionais.

6. A formação inicial constitui uma prioridade da atividade a desenvolver em 2012, designadamente a fórmula de dupla certificação, proporcionada pela Aprendizagem, intervenção com significativo investimento de recursos (72,5 M€) e do número de formandos abrangidos (35.000).
7. Os grupos mais afastados do mercado de trabalho também têm uma importante dimensão de apoios para a sua requalificação, com vista a reforçar a sua inserção no mercado de trabalho. Assumem particular relevância as intervenções no âmbito do emprego apoiado e das pessoas com deficiência, bem como nos apoios dirigidos aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Para a inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, em particular nas medidas Contratos Emprego Inserção + e Formação para a Inclusão, estão disponíveis cerca de 61 milhões de euros.
8. Uma das prioridades para o ano de 2012 será ao nível do reforço do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego no mercado de trabalho, através do acréscimo da eficácia e da eficiência da rede de centros, de forma a promover uma maior captação de ofertas de emprego e de colocação de desempregados em empregos. Para esse efeito, será criada a figura do Gestor de Carreira, no sentido de aproximar o serviço público dos desempregados inscritos, promovendo processos de acompanhamento das pessoas desempregadas e dos trajetos de inserção e reinserção no mercado de trabalho.
9. A implementação de novos processos e do reforço de formas de cooperação com associações de empregadores apresenta-se como elemento dinamizador da captação de ofertas de emprego. O alargamento dos serviços a disponibilizar, em particular os serviços *on-line* e a introdução de novas atividades de “*profiling*”



e de ajustamento entre a oferta e a procura, assumem elevada prioridade na interação com os intervenientes no mercado de trabalho, potenciando a criação de emprego. Em paralelo com as alterações nos sistemas de informação, proceder-se-á ao alargamento, quer presencial quer *on-line*, dos canais de acesso aos serviços, de forma a facilitar o livre acesso dos cidadãos aos serviços.

10. As alterações de reorganização da rede de Centros de Emprego, com a introdução de novas funcionalidades, complementadas com o reforço de cooperação com outras entidades que promovam o emprego, potenciará o reforço da captação de ofertas de emprego, para 120.000 (verificando um crescimento de 20% face à realização de 2011) e do número das colocações para 75.200 (mais 25% que o nível registado em 2011).
11. Os apoios dirigidos a desempregados, quer para jovens quer para adultos, assumem particular dimensão, no quadro dos recursos afetos às políticas ativas de emprego, com o total dos apoios diretos às políticas de emprego, formação e reabilitação a ascenderem a cerca de 686 milhões de euros. Os apoios à criação de emprego, nomeadamente pela via da promoção de estágios profissionais, de apoios à contratação com formação de desempregados, da criação de empresas e do próprio emprego, no âmbito dos apoios ao empreendedorismo, nos apoios à integração de desempregados em atividades socialmente necessárias, assumem, no presente orçamento, papel de destaque, com o valor previsto para as medidas da área do emprego a ascender a cerca de 337 milhões de euros.
12. Os apoios à reabilitação profissional de pessoas com deficiência inscritos para 2012 ascendem a cerca de 40 milhões de euros, aos quais acrescem os pagamentos a realizar pelo POPH, relativos aos apoios à orientação profissional e à formação profissional nas regiões de convergência.
13. Os apoios previstos no orçamento de 2012 introduzem racionalização e simplificação das medidas ativas de emprego, reduzindo o número de medidas e concentrando os apoios nas que mais podem contribuir para aumentar a empregabilidade das pessoas desempregadas. As cinco principais medidas – estágios profissionais, apoios à contratação com formação, apoios à criação de empresas e de emprego, contratos emprego–inserção e as medidas de formação profissional, incluindo as dotações para os Centros de Formação de Gestão Protocolar, representam 89,0% do total dos apoios diretos às políticas ativas de emprego e de formação profissional.
14. A monitorização estreita da atividade realizada e dos resultados alcançados, bem como a sua avaliação, permitirá o crescimento dos resultados a alcançar, em particular ao nível das colocações.

2.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- I. **Promover o emprego e a empregabilidade dos portugueses**, aproximando os serviços dos empregadores e dos desempregados, de forma a facilitar o ajustamento entre a oferta e a procura. Neste quadro o IEFP deverá concretizar uma maior participação e intervenção no mercado de trabalho, com acrescida importância para a função de ajustamento entre a procura e a oferta de emprego, e com o reforço das ofertas registadas e à disposição dos inscritos para emprego. No desenvolvimento deste processo o IEFP terá que concretizar um maior nível de colocações no mercado de emprego, o que constituirá um maior nível de respostas para os candidatos. A reestruturação da rede de centros de emprego e dos processos da área da colocação deverão permitir um melhor ajustamento entre a oferta e a procura, assim como do número e da qualidade das respostas. A função de Gestor de Carreira terá como finalidade consagrar uma gestão acompanhada e de proximidade das pessoas desempregadas, no quadro da assunção de uma acrescida responsabilidade da instituição e dos próprios técnicos para com as pessoas desempregadas.

A atualização do Sistema de Informação da Área do Emprego é um investimento estratégico para a qualidade do serviço a desenvolver.


De forma a aumentar a eficácia das medidas de política ativa, será reduzido o seu número e serão simplificados os mecanismos de acesso, suportados em adequados mecanismos de avaliação.

De forma a aumentar a eficácia das respostas aos desempregados, será reforçada a cooperação com outras entidades que contribuam, igualmente, para a promoção do emprego.

As respostas postas à disposição da sociedade e dos cidadãos, designadamente em situações de desemprego, deverão ter acrescido valor para a empregabilidade futura, pelo que é um objetivo estratégico que a formação profissional se constitua como acrescida resposta para as situações de desemprego, proporcionando aquisição de competências e o reforço do potencial de retorno ao emprego.

As respostas concretizadas pela formação profissional constituem valor acrescentado para as situações de desemprego, com a aquisição de competências, e o reforço do potencial de empregabilidade.

A reestruturação do serviço público de emprego, com a integração do emprego e formação profissional nas Unidades Orgânicas Locais, constituirá uma ótima oportunidade de melhor consagrar o objetivo estratégico da crescente integração e cooperação entre as áreas do emprego e da formação profissional.

- 
- II. **Promover a qualificação profissional no quadro das necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho.** O desenvolvimento da formação terá como pressuposto um acrescido contributo para a empregabilidade dos portugueses, designadamente da população desempregada, com base na identificação das profissões em falta no mercado de trabalho e do conjunto de profissões estratégicas para a competitividade da economia, com particular destaque para a Aprendizagem e para as formações de natureza modular, que permitam, no final, a obtenção de certificação profissional por parte dos formandos, sendo estas também orientadas para a população ativa empregada, com uma preocupação de atualização constante do capital humano. A implementação de um sistema de certificação profissional, em articulação com as associações empresariais e sindicais, assume relevância estratégica para as formações a realizar.
- III. **Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego, tornando-o mais simples, mais acessível e mais transparente.** A concretização deste objetivo implicará a reformulação de processos e procedimentos de inscrição, o alargamento dos serviços prestados, e a introdução de novos serviços de atendimento interativos. Novas funcionalidades de segmentação de público, que permitirão o desenvolvimento de atividades ajustadas às características e perfis, pressuposto de uma maior eficiência dos processos, e de ajustamento a partir de novas características de identificação da procura e oferta de emprego, serão elementos estruturantes da concretização deste objetivo.
- Neste domínio, o IEFP intensificará a participação no processo de *benchmarking* dos serviços públicos de emprego europeus, procurando identificar boas práticas europeias, suscetíveis de experimentação e adoção em Portugal.
- IV. **Reforçar a eficácia, eficiência e a qualidade do serviço pela implementação de mecanismos de avaliação e de monitorização permanentes e transparentes.** Estabelecimento de um painel de indicadores de desempenho das Unidades Orgânicas Locais, com divulgação pública, no quadro de uma gestão e avaliação permanente de objetivos, no propósito de concretizar a eficácia e os melhores níveis de eficiência.

1.

SÍNTESE DA ATIVIDADE PLANEADA 2011-2012

A contração da economia portuguesa em 2012, prevista na generalidade das projeções, reforça a importância das políticas ativas de emprego e formação profissional, enquanto potenciadoras da criação de emprego.

Ao nível do emprego, as medidas previstas procuram intervir junto das empresas, quer pela via de reforço dos mecanismos de crédito, quer pela redução dos encargos salariais associados à criação e manutenção de postos de trabalho. Por outro lado, o reforço na concessão de apoios à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, quer através da sua inserção profissional, quer pelo acréscimo das suas qualificações, assume elevada prioridade na proposta de orçamento.

O estímulo a públicos específicos, em particular, aos que pelas suas características apresentam maiores dificuldades de inserção (desempregados, desempregados de longa duração, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e pessoas com vínculos precários), associados, em grande parte, às suas baixas qualificações, assume particular pertinência, neste quadro recessivo.

Assim, verifica-se que em 2012, o orçamento do IEFP, I.P. inclui importantes recursos para a criação de emprego, para o combate ao desemprego e para melhoria da qualificação dos portugueses, integrando cerca de 686 milhões de euros e prevendo abarcar mais de 647 mil pessoas em medidas de emprego, de formação profissional e de reabilitação.

Do montante inscrito para a atividade operacional, a maior fatia foi alocada às medidas de emprego – cerca de 336,8 milhões de euros, com destaque para os estágios profissionais (162,9 M€), para o Estímulo 2012 (56 M€), para a realização de trabalho socialmente necessário (61,6 M€) e para o apoio à criação de empresas e de emprego (30,8 M€). Prevê-se abranger nas medidas de emprego cerca de 179,2 mil pessoas, das quais, 75,2 mil colocações, 47,9 mil estágios profissionais, 35 mil apoios na medida Estímulo 2012, 80 mil contratos emprego inserção e 5 mil no âmbito do Estímulo à Integração no Mercado de Emprego.

Relevantes são também os apoios atribuídos às medidas de formação profissional, 309,4 milhões de euros, dos quais, 83,8 M€ afetos à formação dirigida a jovens, 111,7 M€ para formação dirigida a adultos (na sua grande parte adultos desempregados) e 93,6 M€ para formação realizada pelos Centros de Gestão Protocolar e dirigida a diferentes públicos.

Os apoios à reabilitação profissional de pessoas com deficiência ascendem a cerca de 40 milhões de euros em 2012, aos quais acrescem os pagamentos a realizar pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), relativos aos apoios à orientação profissional e à formação profissional nas regiões de convergência.

A afetação de recursos para as atividades de modernização administrativa do IEFP, I.P., privilegia a melhoria das condições de atendimento ao público, através, por um lado, da introdução de novos modelos organizacionais ao nível dos centros e, por outro, pela via do alargamento dos serviços por via eletrónica aos diferentes tipos de utentes..

A melhoria de infraestruturas físicas e equipamentos, em particular os associados à área de formação profissional, visa dotar o IEFP, I.P. de melhores condições para os seus utentes.

A atividade que o IEFP, I.P. desenvolve é, ainda, enquadrada por outros elementos que estão subjacentes à planificação da sua atividade:

- ▶ A Estratégia Europeia para o Emprego, traduzida na Estratégia Europa 2020, que define orientações e diretrizes a nível europeu, e que foram traduzidas e refletidas na estratégia nacional de médio prazo. A adaptação das grandes prioridades pretende-se articulada com as especificidades nacionais, estabelecendo objetivos, metas quantificadas e prazos de atuação para dar resposta aos novos desafios que se colocam a Portugal;
- ▶ Os fundos estruturais assumem importante papel no financiamento das medidas de emprego e de formação profissional, enquanto fator essencial de alavancagem nas atividades a desenvolver pelo IEFP, I.P.. Esta fonte de financiamento será assegurada centralmente, pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), quer através de candidaturas diretas, quer enquanto beneficiário de apoios ao arranque de operações passíveis de serem apoiadas. A utilização desta importante fonte de financiamento assume importância crescente no quadro das fontes de financiamento que suportam a realização das medidas de emprego e formação profissional em 2012.

Os objetivos estratégicos definidos para o IEFP, I.P. nesta alteração ao Plano de 2012 encontram neste documento pleno acolhimento, permitindo, desta forma, reforçar os apoios disponíveis para os importantes objetivos de criação de emprego e de qualificação dos portugueses.

O valor global do orçamento do IEFP, I.P. para 2012 em sede de alteração orçamental ascende a cerca de 917,7 milhões de euros, que, em sede de alteração orçamental não conhece qualquer alteração, como se constata no quadro seguinte:

ACTIVIDADE PLANEADA			
IEFP, I.P. + CGP	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Atividade Operacional	687 775 845	688 477 937	0,1
Atividades de Suporte	193 667 919	192 447 083	-0,6
Infraestruturas Físicas	29 204 132	29 204 132	0,0
Outras*	7 030 000	7 548 744	7,4
TOTAL	917 677 896	917 677 896	0,0

* Const. de Reserva, Tesouraria do Gestor QCA III e Restituição de Fundos Comunitários

A atividade operacional conhece em sede de alteração orçamental um ligeiro aumento de 0,1%, enquanto ao nível das atividades de suporte, se observa uma redução de 0,6%, não obstante ter ocorrido um incremento nas verbas afetas a Estudos e Investigação e na Informação Científica e Documentação.

A manutenção dos valores no âmbito das atividades de suporte reflete um esforço de contenção dos custos de funcionamento, recursos humanos, informatização, assim como das restantes rubricas que aqui se enquadram.

A análise aos valores globais do Orçamento permite verificar que a atividade operacional mantém, em sede de alteração ao Orçamento, o peso de 75% do total do orçamento. O peso das atividades de suporte é de 20,9% e as infraestruturas físicas constituem 3,2% dos valores globais previstos.


1.1.

PRINCIPAIS ELEMENTOS AFETOS ÀS MEDIDAS DE POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - ATIVIDADE OPERACIONAL

Face aos valores inscritos em sede de Plano de Atividades de 2012, verifica-se, nesta revisão do Plano, um crescimento da atividade desenvolvida, prevendo-se abranger mais 65 936 pessoas no total das medidas de emprego, formação profissional e reabilitação. Em linha com o esforço de contenção desenvolvido a nível nacional, este crescimento das metas de 11,3% é acompanhado por uma redução das verbas que lhe estão afetas em 0,2%, em resultado do esforço de adequação e racionalização da atividade, privilegiando a concentração nas medidas que melhor resposta fornecem ao público que se dirige ao Instituto.

ATIVIDADE OPERACIONAL						
MEDIDAS	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
EMPREGO	339 438 934	339 100 819	-0,1	255 185	254 418	-0,3
Programas de Emprego	335 779 689	335 306 717	-0,1	165 185	179 218	8,5
Colocação	0	0		90 000	75 200	-16,4
Outras Medidas	3 659 245	3 794 102	3,7	0	0	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	310 250 620	309 420 168	-0,3	317 600	377 983	19,0
IEFP (CE + CGD)	206 406 727	205 426 275	-0,5	193 503	243 886	26,0
Centros de Gestão Participada	93 570 989	93 570 989	0,0	104 097	104 097	0,0
Ações em Cooperação com Outras Entidades	10 272 904	10 422 904	1,5	20 000	30 000	50,0
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	38 086 291	39 956 950	4,9	8 697	15 017	72,7
IEFP (CE + CGD)	30 767 258	31 365 508	1,9	5 638	5 638	0,0
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	7 319 033	7 319 033	0,0	3 059	3 059	0,0
Organismo Intermédio	0	1 272 409		0	6 320	
TOTAL	687 775 845	688 477 937	0,1	581 482	647 418	11,3

Relativamente às atividades diretamente vocacionadas para o **Emprego**, as metas diminuem 0,3%, em resultado da redução das metas da Colocação. Os programas de Emprego, por sua vez, conhecem um aumento de 8,5%, que se traduz em mais 14.033 pessoas. A **Formação Profissional**, mantendo um peso muito importante na afetação de recursos humanos e financeiros, o que reflete a manutenção da forte aposta nacional na qualificação da população portuguesa, regista um aumento de metas físicas de 11,3%, em resultado do aumento quer da atividade desenvolvida pelos Centros de Gestão Direta, quer da atividade desenvolvida no âmbito dos Acordos de Cooperação.



As medidas destinadas à **Reabilitação Profissional** das pessoas com deficiência e incapacidades que, nesta alteração voltam a incluir os valores referentes à atividade desenvolvida pelo Organismo Intermédio, registam, também fruto desta alteração, um aumento no número de pessoas a envolver de 72,7%.

Em suma, a presente alteração ao Plano introduz novas metas da atividade a desenvolver em 2012, que se traduz, nas suas diversas vertentes de atuação, em cerca de 647,4 mil pessoas, das quais 380 mil em medidas de formação profissional, 254,4 mil em medidas de emprego e 15 mil em medidas de reabilitação profissional.

PROGRAMAS DE EMPREGO

No âmbito dos Programas de Emprego, o aumento registado nas metas físicas (+14.033 pessoas) decorre do aumento das metas afetas aos Estágios Profissionais e da inclusão de duas novas medidas, que são o Cheque-Formação e o Estímulo à Integração no Mercado de Emprego. O Cheque-Formação visa financiar a formação por iniciativa individual do trabalhador, conforme consta do Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, assinado com os parceiros sociais. O Estímulo à Integração no Mercado de Trabalho é uma medida ativa de incentivo à aceitação de ofertas de emprego ou à colocação pelos próprios meios, a tempo completo, por parte de beneficiários de prestações de desemprego, através da acumulação da retribuição do trabalho com um complemento financeiro correspondente a determinada percentagem da prestação de desemprego.

As atividades para a inserção direta no mercado de trabalho crescem em resultado da aposta nas medidas de criação de emprego, nomeadamente através do reforço da Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego, e às novas medidas.

No âmbito da Empregabilidade para Grupos Desfavorecidos, há um ligeiro decréscimo das metas físicas, em resultado do reajustamento dos valores inicialmente inscritos, que é acompanhado de um crescimento das dotações afetas de cerca de 39,1%. Estes valores refletem a aposta contínua do IEFP, I.P. em medidas que visam envolver os beneficiários de prestações de desemprego ou do Rendimento Social de Inserção (RSI) em trabalho socialmente necessário, designadamente nos Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+), que surgem em resposta ao desemprego de longa duração que se tem vindo a agravar. No contexto de acrescidas dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, é essencial proporcionar aos desempregados uma ocupação socialmente útil, enquanto não lhes surgem alternativas de trabalho ou de formação profissional, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades, prevenindo, assim, o seu isolamento social e a tendência para a desmotivação e marginalização.

Na parcela relativa a Outras Medidas incluem-se, fundamentalmente, os apoios no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) e do Programa Vida-Emprego.

PROGRAMAS DE EMPREGO	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E EMPREGO	138 834 143	168 022 449	21,0	40 244	50 570	25,7
Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador	150 895	317 923	110,7	144	180	25,0
Cheque Formação	0	2 500 000		0	2 500	
Estágios Profissionais - Port. 268/1997	0	66 083		0	0	
Estágios Profissionais na Administração Pública	0	3 347		0	0	
INOV-JOVEM	148 054	304 453	105,6	8	10	25,0
INOV-SOCIAL	1 074 960	2 222 377	106,7	197	285	44,7
INOV-EXPORT	150 000	146 881	-2,1	100	0	-100,0
Estágios Profissionais - Port. 129/2009	7 797 487	15 246 783	95,5	1 894	1 380	-27,1
Estágios Profissionais - Qualificação Emprego	1 400 957	2 209 120	57,7	408	215	-47,3
Estágios Profissionais de níveis III e IV	4 219 064	7 830 525	85,6	1 197	1 000	-16,5
Estágios Profissionais - Port. 92/2011	123 892 726	137 174 957	10,7	36 296	45 000	24,0
criação de emprego e empresas	122 675 819	91 141 421	-25,7	40 696	47 019	15,5
(*) Programa de Estímulo à Oferta de Emprego - Investimento	1 730 462	1 835 806	6,1	87	0	-100,0
ILE's - Criação de Postos de Trabalho	936 857	658 797	-29,7	110	0	-100,0
(*) ILE's - Majorações	64 387	44 974	-30,2	39	0	-100,0
CPE's - Criação de Postos de Trabalho	0	4		0	0	
(**) Prémio de Igualdade de Oportunidades - Majorações	20 382	38 140	87,1	6	0	-100,0
Apoios à Criação do Próprio Emprego - CPE's	5 033 227	1 670 275	-66,8	1 184	1 330	12,3
Prémio de Colocação	2 564	6 290	145,3	2	10	
Apoios à Contratação para Jovens	0	930 000		0	10	
Apoios a Contratação para Adultos e Públicos Específicos	0	120 000		0	10	
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego	22 680 120	23 061 854	1,7	4 000	4 950	23,8
Economia Social - Criação de PT	2 000 000	2 500 000	25,0	0	200	
Estímulo 2012	90 000 000	56 028 904	-37,7	35 000	35 000	0,0
Estímulo à Integração no Mercado de Emprego (EIME)	0	4 000 000		0	5 000	
Promoção do Artesanato - Artesãos	130 820	186 854	42,8	388	500	28,9
PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho	77 000	59 523	-22,7	12	9	-25,0
EMPREGABILIDADE DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	61 423 935	61 609 507	0,3	82 568	80 517	-2,5
(*) Empresas de Inserção - Investimento	798 530	318 916	-60,1	95	85	-10,5
Empresas de Inserção - Profissionalização	10 512 250	9 625 197	-8,4	2 512	2 930	16,6
(*) Empresas de Inserção - Formação	1 427 389	1 164 110	-18,4	854	682	-20,1
Empresas de Inserção - Prémio Integração	285 766	208 800	-26,9	56	47	-16,1
Programas Ocupacionais - Carenciados	0	1		0	0	
Contrato Emprego Inserção	7 900 000	8 834 245	11,8	65 000	63 000	-3,1
Contrato Emprego Inserção +	40 500 000	41 458 238	2,4	15 000	14 540	-3,1
OUTRAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO EMPREGO	6 956 188	7 787 376	11,9	1 677	1 112	-33,7
FUNDO DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)	3 356 200	3 792 430	13,0	787	750	-4,7
PROGRAMA VIDA - EMPREGO	3 599 988	3 994 946	11,0	890	362	-59,3
(**) ESTRUTURAS E OUTROS APOIOS PARA PROMOÇÃO DO EMPREGO	5 889 604	6 745 964	14,5			
Promoção do Artesanato - Feiras	642 245	778 446	21,2	2	85	
Prog. p/a Promoção dos Ofic. e das Micro Emp. Artesanais (PPART)	179 220	119 220	-33,5	0	0	
PRODESCOOP - Cooperativas - Investimento	83 072	94 418	13,7	7	4	-42,9
GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	4 985 067	5 753 880	15,4	562	653	16,2
TOTAL	335 779 689	335 306 717	-0,1	165 185	179 218	8,5

(*) Número de pessoas envolvidas em componentes de medidas (ex.: majorações em ILE) cuja meta já está contemplada na medida principal.

(**) A execução física deste conjunto de medidas não é contabilizada em número de abrangidos ou pessoas apoiadas, pelo que não pode ser adicionada à execução das restantes medidas.

No quadro seguinte verifica-se que os estágios profissionais representam 26,7% das metas e 49,3% das dotações afetadas a Programas de Emprego, enquanto os Apoios ao Emprego Apoiado, onde se incluem os CEI e CEI+, se cifram em 18,4% e os 44,9%, das metas e das dotações, respetivamente.

PROGRAMAS DE EMPREGO	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
PRINCIPAIS MEDIDAS	322 575 182	320 209 076	-0,7	163 096	177 417	8,8
Estágios Profissionais	138 683 248	165 204 525	19,1	40 100	47 890	19,4
Apoios à Criação de Empresas e de Emprego	32 467 999	30 866 140	-4,9	5 428	6 510	19,9
Cheque Formação	0	2 500 000		0	2 500	
Estímulo 2012	90 000 000	56 028 904	-37,7	35 000	35 000	0,0
Estímulo à Integração no Mercado de Emprego (EIME)	0	4 000 000		0	5 000	
Apoios ao Emprego Apoiado	61 423 935	61 609 507	0,3	82 568	80 517	-2,5
OUTROS PROGRAMAS DE EMPREGO	13 204 507	15 097 640	14,3	2 089	1 801	-13,8
TOTAL	335 779 689	335 306 717	-0,1	165 185	179 218	8,5

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A intervenção da rede de Centros de Formação Profissional (CFP) assenta num conjunto diversificado de medidas de formação profissional, que procuram dar resposta aos diferentes públicos – jovens, ativos empregados e desempregados, visando reforçar as suas qualificações e, por essa via, melhorar a sua empregabilidade.

A programação física e financeira das ações de formação profissional, nas suas diferentes modalidades, tem subjacente uma reorientação da formação (no quadro do objetivo estratégico, Reorientar a Formação Profissional), quer a dirigida aos jovens, quer a dirigida aos adultos, centrando-a nas necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho, com particular ênfase nas ofertas de emprego que ficaram por satisfazer ao nível dos Centros de Emprego.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
PRINCIPAIS MEDIDAS	195 843 227	195 739 736	-0,1	186 703	236 769	26,8
Sistema de Aprendizagem	71 714 024	72 553 862	1,2	25 000	30 000	20,0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	9 412 767	11 346 665	20,5	4 167	7 070	69,7
Cursos de Especialização Tecnológica	16 436	120 746		36	150	
Cursos de Educação e Formação de Adultos	82 700 000	80 236 899	-3,0	40 000	35 755	-10,6
Formação Modular	18 000 000	23 548 175	30,8	90 000	141 182	56,9
Reconhecimento e Validação de Competências	14 000 000	7 933 389	-43,3	27 500	22 612	-17,8
OUTRAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO	10 563 500	9 686 539	-8,3	6 800	7 117	4,7
Programa Qualificação-Emprego		15 471				
Portugal Acolhe	400 000	338 924	-15,3	1 000	835	-16,5
Formação de Formadores	503 500	497 675	-1,2	800	832	4,0
Entidade Contratante - Contribuições p/ Segurança Social	4 000 000	4 000 000				
Formação para a Inclusão	5 660 000	4 834 469	-14,6	5 000	5 450	9,0
IEFP (CE's + CGD)	206 406 727	205 426 275	-0,5	193 503	243 886	26,0
Centros de Gestão Participada ^[1]	93 570 989	93 570 989		104 097	104 097	
Ações em Cooperação com Outras Entidades	10 272 904	10 422 904	1,5	20 000	30 000	50,0
TOTAL	310 250 620	309 420 168	-0,3	317 600	377 983	19,0

^[1] Os valores incluem as diversas medidas de formação profissional

A dotação global afeta à formação profissional regista, no período, uma ligeira redução de 0,3% fruto, designadamente, das reduções nas medidas de RVCC, Portugal Acolhe e Formação para a Inclusão.

Relativamente às metas físicas, a meta global conhece um crescimento de 19%, refletindo a implementação da intervenção Vida Ativa com especial reflexo na Formação Modular e na Formação para a Inclusão.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No âmbito da sua responsabilidade, enquanto Serviço Público de Emprego, em matéria de combate à exclusão social (com particular relevo no âmbito da Reabilitação), o IEFP, I.P. inscreveu no seu orçamento para 2012 cerca de 38 milhões de euros, destinados aos apoios à reabilitação profissional de pessoas com deficiência e incapacidades. As medidas previstas visam criar oportunidades específicas de emprego para estas pessoas, sensibilizando e incentivando as entidades empregadoras, prevenindo formas de discriminação e desenvolvendo a economia social. Aos apoios previstos acrescem os pagamentos a realizar pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), relativos aos apoios à orientação profissional e à formação profissional nas regiões de convergência.

Em sede de Alteração ao Orçamento, procedeu-se à integração de dotação na rubrica do Organismo Intermédio referente à diferença entre os pagamentos efetuados às entidades beneficiárias por parte do IEFP, I.P. e os concretizados pelo POPH ao IEFP, I.P., acrescidos dos juros gerados pelas transferências do POPH.

Em termos de metas verifica-se, um aumento de metas de 72,7%, acompanhado de um reforço de 4,9% nos montantes inscritos. O aumento das metas resulta da inscrição de valores referentes à atividade desenvolvida pelo IEFP, I.P. enquanto Organismo Intermédio no que diz respeito às tipologias de intervenção 6.2 - Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (Formação Profissional e IAOQE) e 6.4 – Qualidade dos Serviços e Organizações, especificamente ações de formação profissional e ações de sensibilização dirigidas a técnicos e outros profissionais de reabilitação profissional, e abrange as regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo).

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Aval. e Orientação Prof. de Pessoas com Deficiência	235 500	236 300	0,3	265	260	-1,9
Form. para Pessoas com Deficiência - Acções em Cooperação	19 260 000	19 260 000		2 150	2 150	
Adaptação Postos Trabalho e Elim. de Barreiras Arquitetónicas	502 313	364 007	-27,5	117	110	-6,0
Centro de Emprego Protegido	2 086 058	1 889 728	-9,4	295	270	-8,5
Contrato Emprego Apoiado em Ent. Empregadoras - Enclaves	448 312	415 691	-7,3	167	95	-43,1
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós - Colocação	1 160 000	1 186 300	2,3	1 309	1 425	8,9
Atribuição de Produtos de Apoio	500 000	520 000	4,0	350	478	36,6
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapac.	1 538 820	1 335 553	-13,2	409	330	-19,3
Contrato emprego - Inserção p/ Pessoas c/ Def. e Incapac.	1 692 746	2 865 585	69,3	576	520	-9,7
Avaliação da Incapac. Decorrente de Acidente de Trabalho	973 545	963 380	-1,0			
Apoios Manut. Reint. Pessoas c/ Inc. Decor. Acid. Trabalho	989 964	948 964	-4,1			
Centros e Unidades de Reabilitação Profissional	1 380 000	1 380 000				
IEFP (CE's + CGD)	30 767 258	31 365 508	1,9	5 638	5 638	
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - REABILITAÇÃO	7 319 033	7 319 033		3 059	3 059	
ORGANISMO INTERMÉDIO - REABILITAÇÃO		1 272 409			6 320	
TOTAL	38 086 291	39 956 950	4,9	8 697	15 017	72,7

1.2.

PRINCIPAIS ELEMENTOS NÃO DIRETAMENTE AFETOS A MEDIDAS

A atividade não operacional regista, uma redução dos montantes inscritos face aos valores do Plano de 0,3%, sendo de referir o decréscimo nas atividades de suporte. A rubrica “Outras” aumenta em resultado da inscrição de verbas na rubrica da Tesouraria do Gestor, papel assumido pelo IEFP, I.P. durante a vigência do QCA III.

ATIVIDADE NÃO OPERACIONAL	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Atividades de Suporte	193 667 919	192 447 083	-0,6
Infraestruturas Físicas	29 204 132	29 204 132	0,0
Outras*	7 030 000	7 548 744	7,4
Total	229 902 051	229 199 959	-0,3

* Constituição de Reserva, Tesouraria do Gestor QCA III e Restituição de Fundos Comunitários

ATIVIDADES DE SUPORTE

Ao nível das atividades de suporte, registou-se uma redução global de 0,6%, em resultado da diminuição na rubrica Outros onde se incluem, nomeadamente valores associados a Estudos e Investigação, Informação Científica e Documentação.

ATIVIDADES DE SUPORTE	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Relações Públicas e Internacionais	5 010 461	4 946 808	-1,3
Funcionamento	54 889 693	54 982 043	0,2
Recursos Humanos	106 129 256	106 115 075	0,0
Informatização	11 037 791	10 967 791	-0,6
Outros	8 248 819	6 866 467	-16,8
IEFP, I.P.	185 316 020	183 878 184	-0,8
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	8 351 899	8 568 899	2,6
TOTAL	193 667 919	192 447 083	-0,6

- ▶ No **Funcionamento** verificou-se um reforço de 0,2%, que se traduz num ligeiro aumento da dotação que resulta de um acréscimo nos valores inscritos nas UO's locais, pese embora o abate efetuado nos serviços centrais. Em linha com o esforço que vem sendo realizado nos últimos anos de melhoria da eficiência nos fornecimentos de bens e serviços que suportam as atividades realizadas pelo IEFP, I.P., a dotação inscrita nesta rubrica mantém-se estável.

FUNCIONAMENTO	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Serviços de Coordenação Centrais e Regionais	12 696 008	12 664 900	-0,2
Unidades Orgânicas Locais	42 193 685	42 317 143	0,3
Total	54 889 693	54 982 043	0,2

- ▶ As verbas afetas aos **Recursos Humanos** conhecem uma ligeira redução de € 14.181. Contudo a mesma reflete um reforço da Formação Interna e uma redução nos curtos com trabalho extraordinário.
- ▶ No âmbito do projeto de **Informatização**, os valores inscritos destinam-se ao desenvolvimento de projetos relacionados com o programa de relançamento dos Centros de Emprego, uma vez que muitas das medidas previstas envolvem alterações das funcionalidades existentes e criação de novas.
- ▶ O valor inscrito na **Cooperação Institucional** sobe 2,6%, em resultado da inscrição de dotação para a Agência para a Aprendizagem ao Longo da Vida, e redução dos valores inscritos para a Cooperativa António Sérgio ajustado em função do valor a transferir. A dotação prevista para a cooperação institucional encontra-se distribuída pelos diversos organismos da seguinte forma:

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
CITE	883 450	883 450	0,0
Serviços Sociais da Administração Pública	586 936	586 936	0,0
Agência Nacional para Aprendizagem ao Longo da Vida	0	517 000	
ACIDI	3 768 413	3 768 413	0,0
Cooperação IEFP/ Cooperativa António Sérgio	2 337 000	2 037 000	-12,8
Outros Serviços (GEP, OIT, DGERT, CE)	776 100	776 100	0,0
TOTAL	8 351 899	8 568 899	2,6

INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS

Regista-se em sede de alteração do Plano, a manutenção dos valores no âmbito das Infraestruturas físicas, quer no que diz respeito aos Centros de Gestão Direta do IEFP, I.P. quer aos Centros de gestão Participada.

INFRAESTRUTURAS FÍSICAS	Orçamento		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
Serviços de Coordenação Central e Regional	2 043 000	1 993 873	-2,4
Centros de Emprego	8 005 555	8 013 980	0,1
Centros de Formação, Reabilitação Profissional e Pólos	13 085 577	13 126 279	0,3
IEFP, I.P.	23 134 132	23 134 132	0,0
Centros de Gestão Participada	6 070 000	6 070 000	0,0
TOTAL	29 204 132	29 204 132	0,0

2.

QUADRO SÍNTESE DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2012

IEFP, I.P. + CGP						
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
INTERV. ESTRUT. NOS DOMÍNIOS DO EMPREGO E DA FORM. PROF.	570 361 319	568 534 083	-0,3	394 468	470 961	19,4
PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO	335 077 370	364 116 580	8,7	227 947	288 174	26,4
PROMOVER A FORM. QUALIFICANTE E A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA	81 143 227	84 021 273	3,5	29 203	37 220	27,5
Sistema de Aprendizagem - Gestão Directa	23 491 151	23 187 743	-1,3	15 045	13 462	-10,5
Sistema de Aprendizagem - Entidades Externas	46 508 850	47 635 839	2,4	9 955	16 538	66,1
Sistema de Aprendizagem - Saldos	1 714 023	1 730 280	0,9			
Cursos de Educação e Form. Jovens	9 412 767	11 346 665	20,5	4 167	7 070	69,7
Cursos de Especialização Tecnológica	16 436	120 746	634,6	36	150	316,7
FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE	32 550 895	34 653 882	6,5	118 644	167 309	41,0
Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador	150 895	317 923	110,7	144	180	25,0
Reconhecimento e Validação de Competências	14 000 000	7 933 389	-43,3	27 500	22 612	-17,8
Portugal Acolhe	400 000	338 924	-15,3	1 000	835	-16,5
Formação Modular	18 000 000	23 548 175	30,8	90 000	141 182	56,9
Qualificação-Emprego		15 471				
Cheque Formação		2 500 000			2 500	
QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROF. PARA DESEMPREGADOS	220 010 234	242 767 714	10,3	79 795	83 350	4,5
Estágios Profissionais - Port. 268/1997		66 083				
Estágios Profissionais na Administração Pública		3 347				
Estágios Profissionais - Port. 129/2009	7 797 487	15 246 783	95,5	1 894	1 380	-27,1
Estágios Profissionais - Qualificação Emprego	1 400 957	2 209 120	57,7	408	215	-47,3
Estágios Profissionais de níveis III e IV	4 219 064	7 830 525	85,6	1 197	1 000	-16,5
Estágios Profissionais - Port. 92/2011	123 892 726	137 174 957	10,7	36 296	45 000	24,0
Cursos de Educação e Formação de Adultos - Form. p/Desempregados	82 700 000	80 236 899	-3,0	40 000	35 755	-10,6
PROGRAMA INOV	1 373 014	2 673 711	94,7	305	295	-3,3
INOV-JOVEM	148 054	304 453	105,6	8	10	25,0
INOV-SOCIAL	1 074 960	2 222 377	106,7	197	285	44,7
INOV-EXPORT	150 000	146 881	-2,1	100		-100,0
APOIO À CRIAÇÃO DE EMP. NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA	126 936 556	95 925 935	-24,4	41 624	47 858	15,0
APOIO AO INVEST. EM INIC. LOCAIS CRIADORAS DE EMPREGO	1 730 462	1 835 806	6,1	87		-100,0
[*] Programa de Estímulo à Oferta de Emprego - Investimento	1 730 462	1 835 806	6,1	87		-100,0
APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO E EMPRESAS	6 054 853	2 412 190	-60,2	1 339	1 330	-0,7
ILE's - Criação de Postos de Trabalho	936 857	658 797	-29,7	110		-100,0
[*] ILE's - Majorações	64 387	44 974	-30,2	39		-100,0
CPE's - Criação de Postos de Trabalho		4				
[**] Prémio de Igualdade de Oportunidades - Majorações	20 382	38 140	87,1	6		-100,0
Apoios à Criação do Próprio Emprego - CPE's	5 033 227	1 670 275	-66,8	1 184	1 330	12,3
APOIO À INT. NO MERCADO DE TRABALHO	114 682 684	86 647 048	-24,4	39 002	45 180	15,8
Prémio de Colocação	2 564	6 290	145,3	2	10	400,0
Apoios à Contratação para Jovens		930 000			10	
Apoios à Contratação para Adultos e Públicos Específicos		120 000			10	
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego	22 680 120	23 061 854	1,7	4 000	4 950	23,8
Economia Social - Criação de PT	2 000 000	2 500 000	25,0		200	
Estímulo 2012	90 000 000	56 028 904	-37,7	35 000	35 000	
Estímulo à Integração no Mercado de Emprego (EIME)		4 000 000			5 000	
APOIOS À PROMOÇÃO DO ARTESANATO	952 285	1 084 520	13,9	390	585	50,0
Promoção do Artesanato - Artesãos	130 820	186 854	42,8	388	500	28,9
Promoção do Artesanato - Feiras	642 245	778 446	21,2	2	85	4150,0
Prog. p/a Promoção dos Ofic. e das Micro Emp. Artesanais (PPART)	179 220	119 220	-33,5			
APOIO AO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO	160 072	153 941	-3,8	19	13	-31,6
PRODESCOOP - Cooperativas - Investimento	83 072	94 418	13,7	7	4	-42,9
PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho	77 000	59 523	-22,7	12	9	-25,0
FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)	3 356 200	3 792 430	13,0	787	750	-4,7
Apoios à Auto-Colocação	470 000	469 955	0,0	312	300	-3,8
Apoio à Inserção	8 200	8 357	1,9	20	20	
Apoio ao Empreendedorismo	1 540 000	1 801 065	17,0	70	70	
Planos de Integração	458 000	668 517	46,0	115	110	-4,3
Prática em contexto de trabalho	20 000	7 000	-65,0	5	10	100,0
Apoios à Contratação	470 000	471 536	0,3	135	120	-11,1
Bolsa de Formação	390 000	366 000	-6,2	130	120	-7,7

IEFP, I.P. + CGP

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO	503 500	497 675	-1,2	800	832	4,0
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO	503 500	497 675	-1,2	800	832	4,0
Formação de Formadores	503 500	497 675	-1,2	800	832	4,0
ACÇÕES EM COOPERAÇÃO	103 843 893	103 993 893	0,1	124 097	134 097	8,1
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA	93 570 989	93 570 989		104 097	104 097	
ACÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	10 272 904	10 422 904	1,5	20 000	30 000	50,0
Acções em Cooperação com Outras Entidades	10 272 904	10 422 904	1,5	20 000	30 000	50,0
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social	4 000 000	4 000 000				
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social	4 000 000	4 000 000				
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social	4 000 000	4 000 000				
INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS	108 867 401	109 220 650	0,3	98 104	95 793	-2,4
PROMOVER O EMP. E A EMPREG. DOS GRUPOS PARTICULARMENTE DESFAVORECIDOS	108 867 401	109 220 650	0,3	98 104	95 793	-2,4
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE	19 495 500	19 496 300	0,0	2 415	2 410	-0,2
Aval. e Orientação Prof. de Pessoas com Deficiência	235 500	236 300	0,3	265	260	-1,9
Form. para Pessoas com Deficiência - Acções em Cooperação	19 260 000	19 260 000		2 150	2 150	
INCAPACIDADE	9 988 945	10 586 395	6,0	3 223	3 228	0,2
Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitectónicas	502 313	364 007	-27,5	117	110	-6,0
Centro de Emprego Protegido	2 086 058	1 889 728	-9,4	295	270	-8,5
Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras - Enclaves	448 312	415 691	-7,3	167	95	-43,1
Prémio de Mérito	97 187	97 187				
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós - Colocação	1 160 000	1 186 300	2,3	1 309	1 425	8,9
Atribuição de Produtos de Apoio	500 000	520 000	4,0	350	478	36,6
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidades	1 538 820	1 335 553	-13,2	409	330	-19,3
Contrato emprego - Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidades	1 692 746	2 865 585	69,3	576	520	-9,7
Avaliação da Incapacidade Decorrente de Acidente de Trabalho	973 545	963 380	-1,0			
Apoios a Manutenção e Reintegração de Pessoas com Incapacidade Decorrente de Acidente de Trabalho	989 964	948 964	-4,1			
ACÇÕES DE FORM. PROF. DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	5 660 000	4 834 469	-14,6	5 000	5 450	9,0
Formação para a Inclusão	5 660 000	4 834 469	-14,6	5 000	5 450	9,0
PROGRAMA VIDA - EMPREGO	3 599 988	3 994 946	11,0	890	362	-59,3
Estágios de Integração Sócio-Profissional	1 511 371	1 702 955	12,7	416	150	-63,9
Prémio de Integração Sócio-Profissional	92 210	80 493	-12,7	19	10	-47,4
Apoios ao Emprego	1 988 807	2 203 898	10,8	453	200	-55,8
Apoios ao Auto-Emprego	7 600	7 600		2	2	
DESENV. A REDE DE EQUIP. E SERV. DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1 380 000	1 380 000				
Centros e Unidades de Reabilitação Profissional	1 380 000	1 380 000				
ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	61 423 935	61 609 507	0,3	83 517	81 284	-2,7
(*) Empresas de Inserção - Investimento	798 530	318 916	-60,1	95	85	-10,5
Empresas de Inserção - Profissionalização	10 512 250	9 625 197	-8,4	2 512	2 930	16,6
(*) Empresas de Inserção - Formação	1 427 389	1 164 110	-18,4	854	682	-20,1
Empresas de Inserção - Prémio Integração	285 766	208 800	-26,9	56	47	-16,1
Programas Ocupacionais - Carençados		1				
Contrato Emprego Inserção	7 900 000	8 834 245	11,8	65 000	63 000	-3,1
Contrato Emprego Inserção +	40 500 000	41 458 238	2,4	15 000	14 540	-3,1
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - REABILITAÇÃO	7 319 033	7 319 033		3 059	3 059	
INTERV. PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO MERC DE EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	14 688 112	13 332 207	-9,2	90 562	75 853	-16,2
FORMAÇÃO	9 072 853	10 032 673	10,6	562	653	16,2
PROM. DE EST. E SERV. DE AP. À INSERÇÃO PROFISSIONAL	4 985 067	5 753 880	15,4	562	653	16,2
GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	4 985 067	5 753 880	15,4	562	653	16,2
INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	183 000	183 000				
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	150 800	128 300	-14,9			
ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO	275 000	327 925	19,2			
PROCESSOS E MÉTODOS DIDÁCTICOS	50 000	50 000				
Regime Prest. Desemp. - DL n.º 220 de 03/11/2006	3 428 986	3 589 568	4,7			
COLOCAÇÃO	174 650	172 650	-1,1			
PROD. DE INSTRUMENTOS TÊC. SUP. À ACTIVIDADE DE COLOCAÇÃO				90 000	75 200	-16,4
Prod. de Instrumentos Téc. de Sup. à Actividade de Colocação				90 000	75 200	-16,4
COLOCAÇÃO EXTERNA	174 650	172 650	-1,1			
Rede Eures	174 650	172 650	-1,1			
PRESTAÇÕES TÉCNICAS - METODOLOGIA PNE	55 609	31 884	-42,7			
INSERJOVEM	19 820	11 610	-41,4			
REAGE	35 789	20 274	-43,4			
MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	5 385 000	3 095 000	-42,5			
M O D E R N I Z A Ç ã O D O S E R V I Ç O P Ú B L I C O D E E M P R E G O	5 385 000	3 095 000	-42,5			
Modernização do SPE	5 385 000	3 095 000	-42,5			

IEFP, I.P. + CGP

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Orçamento			Metas		
	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %	Ordinário 2012	1ª Alteração	Variação %
RELAÇÕES COM O EXTERIOR E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	15 325 365	16 274 707	6,2			
ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES	10 314 904	11 327 899	9,8			
DIÁLOGO SOCIAL	600 000	600 000				
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS	201 575	173 753	-13,8			
OUTRAS ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES	3 498 430	4 022 247	15,0			
Concursos Diversos	1 135 430	1 579 247	39,1			
Outras Acções	26 000	406 000	1461,5			
Cooperação IEFP / Cooperativa António Sérgio	2 337 000	2 037 000	-12,8			
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	6 014 899	6 531 899	8,6			
Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	883 450	883 450				
Serviços Sociais da Administração Pública	586 936	586 936				
Agência Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida		517 000				
Outros Serviços	776 100	776 100				
Alto Comissariado p/Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.	3 768 413	3 768 413				
RELAÇÕES PÚBLICAS	3 434 294	3 064 294	-10,8			
Informação para o Exterior	1 929 280	1 679 280	-13,0			
Relação Directa com os Utentes	1 505 014	1 385 014	-8,0			
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1 576 167	1 882 514	19,4			
Organizações Internacionais	12 150	413 289	3301,6			
Acções a Desenvolver pelo IEFP	1 399 017	1 430 225	2,2			
Cooperação Bilateral com Outros Países e Outras Actividades	165 000	39 000	-76,4			
Valor Nulo						
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA	201 502 886	201 592 283	0,0			
INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS	29 204 132	29 204 132				
CENTROS DE EMPREGO	8 005 555	8 013 980	0,1			
CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA	12 609 809	11 668 901	-7,5			
CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	5 820 000	5 945 000	2,1			
CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA	385 768	1 085 768	181,5			
CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	250 000	125 000	-50,0			
SERV. DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	2 043 000	1 993 873	-2,4			
OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS	90 000	371 610	312,9			
FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS	12 696 008	12 664 900	-0,2			
Funcionamento, Organização e Gestão Internas	12 682 746	12 649 528	-0,3			
FUNCIONAMENTO - POEFDS E POR	13 262	15 372	15,9			
Funcionamento - POEFDS						
Funcionamento - POR						
Funcionamento - POPH	13 262	15 372	15,9			
RECURSOS HUMANOS	106 129 256	106 115 075	0,0			
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	105 350 874	105 285 594	-0,1			
Centros de Emprego	41 285 485	40 965 567	-0,8			
Centros de Apoio à Criação de Empresas						
Centros de Formação Profissional	30 546 347	30 495 006	-0,2			
Centros de Reabilitação Profissional	890 183	887 610	-0,3			
Pessoal Deslocado em Diversos Serviços	2 298 936	2 298 936				
Serviços de Coordenação Central e Regional	30 329 923	30 638 475	1,0			
POEFDS						
POR						
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	407 900	506 400	24,1			
Formação Interna - Acções	407 900	506 400	24,1			
Ação Social	370 482	323 081	-12,8			
INFORMATIZAÇÃO	11 037 791	10 967 791	-0,6			
Hardware	3 756 935	3 756 935				
Software	5 167 356	5 167 356				
Comunicação	2 051 000	1 981 000	-3,4			
Outros	62 500	62 500				
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO	242 014	323 242	33,6			
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO	242 014	323 242	33,6			
Informação Científica e Técnica	43 560	62 310	43,0			
Actividade Editorial	198 454	218 932	10,3			
Informação Interna		42 000				
GESTÃO DE CENTROS	42 193 685	42 317 143	0,3			
Centros de Emprego	12 545 437	12 608 068	0,5			
Centros de Apoio à Criação de Empresas						
Centros de Formação Profissional	28 824 048	28 901 075	0,3			
Centros de Reabilitação Profissional	824 200	808 000	-2,0			
Valor Nulo						
OUTROS	7 030 000	7 130 000	1,4			
Restituições de Apoios Comunitários	2 000 000	2 100 000	5,0			
Cativações						
Constituição de Reserva	5 030 000	5 030 000				
PROMOTORES EXTERNOS		1 691 153			6 320	
PROMOTORES EXTERNOS		1 691 153			6 320	
ORGANISMO INTERMÉDIO - REABILITAÇÃO		1 272 409			6 320	
PROMOTORES EXTERNOS		418 744				
TOTAL	917 775 083	917 775 083	0			